



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141412 - MG (2021/0011933-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : ESTER ALVES SILVA (PRESA)
ADVOGADO : ROQUE TAVARES ALVES - MG137642
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ESTER ALVES SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.572378-6/000).

A recorrente foi presa em flagrante por suposta prática do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/06, sendo o flagrante convertido em prisão preventiva.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Sustenta a recorrente a ausência de fundamentação idônea para a decretação de sua prisão preventiva, que teria sido baseada na gravidade abstrata do delito, destacando a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas à prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, e/ou a concessão da prisão domiciliar, tendo em vista a pandemia de Covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

O deferimento de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que a recorrente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à Covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a recorrente não logrou comprovar a incidência de nenhuma das hipóteses acima descritas, razão pela qual não se verifica, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020. Com efeito, destacou o relator na origem (e-STJ fl. 226):

(...) todo o sistema penitenciário do Estado de Minas Gerais está sendo devidamente monitorado pelas autoridades competentes, em razão da pandemia gerada pelo Coronavírus, sendo que casos suspeitos estão isolados e pessoas em situação de risco

devidamente monitoradas e acompanhadas pelos profissionais, hipótese não versada in casu.

No mais, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão da recorrente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos a comprovar a necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a expressiva quantidade e a variedade das substâncias entorpecentes apreendidas – 20.655 kg de maconha, 16.490 kg de *crack* e 15.130 kg de cocaína (e-STJ fl. 225).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência